

REFLEXÃO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

MARIA DO CARMO CORRÊA GALVÃO

Departamento de Geografia - UFRJ

Abstract - In this paper the view of the environment as the equivalent of *natural conditions* and the *physical environment* is challenged. Such a simplistic view reduces the environmental question to an object of solely within the natural and technological sciences, to the exclusion of the social and human sciences. The distortions inherent in this view are examined with reference to the consequent limitations to our knowledge of the environment and to the formulation of governmental and non-governmental policy of environmental management.

Resumo - O trabalho discute a concepção de ambiente como equivalente a *condições naturais* ou *meio físico*, e questiona a apropriação do tema como objeto precípuo das Ciências Naturais e da Tecnologia, marginalizando as Ciências Sociais de seu debate. Aponta a distorção conceitual-metodológica aí contida e seus efeitos limitantes, tanto no sentido da produção do conhecimento sobre AMBIENTE, quando na definição de políticas públicas e/ou privadas de GESTÃO AMBIENTAL.

No momento em que o desenvolvimento científico-tecnológico alcança novos e incomensuráveis patamares do saber, propiciando ao homem instrumentos de ação e padrões de eficiência até então inconcebíveis, a QUESTÃO AMBIENTAL irrompe em escala planetária como a Nova Ordem Social e Política do mundo contemporâneo.

Emergindo de forma dramática nos anos 70, com a definição de assustadores balisamentos impostos ao crescimento econômico, por força de limitações do potencial terrestre face àquele crescimento, a Questão Ambiental assume hoje uma outra dimensão, sob a qual há de ser apreendida, sobretudo a partir da Academia. Ao invés de restrições como as que se lhe antepunham naquele momento, ela agora lança-se à frente, projetando novas FRONTEIRAS para a produção do conhecimento, no sentido da superação daqueles limites, através da ADEQUAÇÃO entre Potencial de Recursos e Produção Social. Adequação fundamentada na Ciência e Tecnologia, referendadas como pedra angular de um processo sábio de Gestão Mundial. A esses novos rumos e desafios técnico-científicos não se pode furtar

a Universidade, como Instituição do CONHECIMENTO e do SABER.

O debate da Questão Ambiental em qualquer nível, particularmente no acadêmico, pressupõe necessariamente a discussão do conceito de Ambiente, do qual dependem posturas metodológicas e operacionais da investigação enquanto prática social. Aceita-se como premissa o sentido de abrangência e a imbricação ou envolvimento entre conteúdo e continente, inerentes à expressão Ambiental. Reconhece-se igualmente, a multiplicidade de usos e significados desse vocábulo, cuja imprecisão conceitual transparece na ambigüidade e redundância da designação MEIO AMBIENTE - de uso corrente e exclusivo da língua portuguesa.

Embora se admita aquela ambigüidade no linguajar comum, questiona-se a sua não arguição pela comunidade acadêmica afeita à matéria, considerando as repercussões daí correntes a suas implicações sobre a própria produção científica, a partir de concepções teórico-metodológicas imprecisas ou não resolvidas. É nesse contexto de indagações e inferências que serão aqui apontados, ainda que de forma sumária, alguns dos problemas e conflitos contidos, a meu ver, na discussão da

questão ambiental, tal como vem sendo conduzida na atualidade.

O primeiro desses problemas pode ser identificado na aceitação generalizada e não discutida da equivalência entre "Ambiente", "Meio Físico" e "Condições Naturais". Evidencia-se aí a concepção de Ambiente como Quadro Natural provendo ao homem os recursos necessários à sua sobrevivência e ao exercício de suas atividades. Nessa colocação **dualista** de relações, a Natureza se configura como objeto proclípuo da investigação ambiental - natureza usada, poluída e violentada pelo homem (como geralmente enfocada pela mídia), mas assim mesmo, "NATUREZA". Encarada como entidade concreta, e individualizada enquanto objeto com o qual a ciência se defronta.

Com esta determinação do objeto de estudo, emerge como corolário uma segunda questão: definem-se o conteúdo e a estrutura da investigação, bem como as áreas do conhecimento a ela pertinentes. É assim, a distorção conceitual embutida na definição de Ambiente consubstancia-se na "apropriação" da pesquisa ambiental pelas áreas da Tecnologia, Ciências da Natureza e Ciências Exatas, que se erigem detentoras do conhecimento específico necessário ao tratamento da matéria, marginalizando de seus estudos as Ciências Sociais. Os rebatimentos daquela distorção conceitual são profundos e extremamente sérios, tanto do ponto de vista teórico quanto operacional. Diversificam-se em cadeia seus efeitos diretos e indiretos, bem como as formas sob as quais se expressam na realidade social.

Omite-se, numa tal concepção, que os processos "ditos" naturais, ocorrentes nas mais diversas escalas na face da terra, já incorporaram em sua própria essência e dinâmica a ação do "Homem", que há milênios construiu para si o espaço no qual se reproduz, cria e recria formas e modos de viver e de produzir, perpetuando-se como ocupante e usuário do planeta. Por conseguinte, a compreensão de desvios e tendências daqueles processos não pode ser alcançada no âmbito exclusivo da tecnologia e das ciências físicas e naturais.

Não há como negar que Ambiente é PRODUTO da relação Homem-Natureza, e

não apenas Natureza, onde o Homem atuaria como mero "fator" ou "agente antrópico" - um agente como outro qualquer, que se distingue apenas por seu poder de ação e destruição maior que o de outros animais. Há que se repensar a concepção de Ambiente como PRODUÇÃO SOCIAL (que efetivamente é) com todas as implicações econômicas, sociais e políticas inerentes à sua construção pela Sociedade, ao longo da História.

Com essa revisão conceitual, não há por que marginalizar dos estudos ambientais a participação das Ciências Sociais. Concebido como expressão material e concreta da interação SOCIEDADE-NATUREZA, o Ambiente envolve relações muito mais abrangentes que aquelas vagamente rotuladas como "dimensão antrópica", para cujo entendimento a visão crítico-analítica das Ciências Sociais e a percepção contextual da Geografia, como ciência da interface Natureza-Sociedade, têm uma importância fundamental.

Em complementação à problemática conceitual aqui discutida, e a ela articulada em seus princípios e na proposição de abrir o debate do Ambiente às Ciências Sociais, coloca-se como última questão o próprio desafio de novos parâmetros para o seu estudo. Retiro-me à Questão Ambiental entendida não mais como Preservação, Conservação ou ténue compromisso de Tutela ou Gerenciamento de recursos para o crescimento, mas como Gestão AMBIENTAL concebida a nível planetário como prática estratégica de uso e valorização do ambiente em sua aceção mais ampla, e implementada em diferentes escalas. Impõe-se, para tanto, a reorientação do crescimento econômico tendo por base o desenvolvimento científico-tecnológico - único instrumento capaz de superar, ao mesmo tempo e com assegurada eficiência, a visão romântica da Preservação Ambiental como fim, e a visão do Ambiente como mero "Recurso Potencial Limitado", à serviço do Homem.

A publicidade de desastres ecológicos, tão ao gosto da grande imprensa, não conseguiu até aqui promover o impacto desejado para frear procedimentos que reduzem o potencial conhecido de recursos naturais (mesmo daqueles sabidamente não renováveis), ou que detonam desequilíbrios dos ecossistemas.

Talvez a divulgação de realizações criativas e competentes, viabilizadas pela ciência e tecnologia, possa atuar como instrumental mais eficiente de mobilização da sociedade, no sentido da educação ambiental voltada para a

construção de um mundo melhor, mais pródigo e mais justo, que todos almejamos. Vale tentar o desafio, e a ele a Universidade não pode faltar.

